



Entre hiperinformação e desinformação: o “fio de ariadne” para a preservação da informação na web

Between hyperinformation and disinformation: the "ariadne's wire" for the preservation of information on the web

Bianca da Costa Maia Lopes *

Arthur Coelho Bezerra **

RESUMO

No cenário da era digital, partimos de uma reflexão sobre os desafios à preservação da informação na web diante da hiperinformação que trafega pela rede, com destaque para os caminhos percorridos entre informação e desinformação. Pretendemos abordar aspectos da memória no espaço da web e tomar a atual circulação de fake news como exemplo que ilustra a dialética da liberdade sociotécnica contemporânea. Em tal contexto, destacamos a relevância dos estudos de “competência crítica em informação” empreendidos por pesquisadores da ciência da informação, que auxiliam a compreender como as informações veiculadas na internet atendem a propósitos específicos de determinados agentes e grupos políticos, reforçando elementos de poder intrínsecos aos regimes de informação.

Palavras-chave: Hiperinformação; Memória; Preservação; Competência Crítica em Informação; Era Digital.

ABSTRACT

In the scenario of the digital age, we start from a reflection on the challenges to the preservation of information on the web in view of the hyperinformation that travels through the network, highlighting the paths traveled between information and disinformation. We intend to address aspects of memory in the web space and take the current fake news circulation as an example that illustrates the dialectics of contemporary sociotechnical freedom. In this context, we highlight the relevance of studies of "critical information literacy" undertaken by Information Science researchers, which help to understand how the information transmitted on the Internet serves the specific purposes of certain agents and political groups, reinforcing intrinsic power elements of information regimes.

Keywords: Hyperinformation; Memory; Preservation; Critical Information Literacy; Digital Age.

* Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). E-mail: bianca.lopes@gmail.com

** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-Ibict/UFRJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU-UFRJ). Endereço: Rua Lauro Muller, 450, 4º andar, Botafogo, CEP 22290-160, Rio de Janeiro, RJ. Telefone: (21) 3873-9457. E-mail: arthurbezerra@ibict.br.

INTRODUÇÃO

A partir da conexão entre os efeitos das chamadas novas tecnologias digitais e o crescente diálogo entre Estado e sociedade civil, é possível considerar que a informação tem adquirido contornos de um “bem público global” (KAUL; GRUNBERG; STERN, 2012). Por meio dela e para múltiplas finalidades, a sociedade globalizada testemunha o incremento de suas mediações tecnológicas através de lugares, trilhase nós justapostos na *worldwide web*.

Por seu turno, novas formas de expressão e mobilização praticadas na internet também se manifestam entre os usuários da rede e megacorporações, como Google e Facebook, cujos principais ativos provêm da publicidade direcionada a cada usuário por técnicas de filtragem algorítmica de um gigantesco volume de informações (o *big data*), fornecidas pelo próprio usuário a partir de sua navegação na rede. À medida que tais práticas contribuem para a composição de um espaço cujas escritas e discursos, acadêmicos ou não, encontram-se em um mesmo lugar, as informações se complementam, confrontam-se e se configuram em novos significados, emaranhando saberes e poderes.

Em meio a essa trama, convém ressaltar que o aparecimento de novos “lugares de memória e de informação” (JARDIM, 1998) se associa ao processo de construção das competências em informação pelos mesmos agentes que, por intermédio de tais mediações tecnológicas, transformam “as formas de produzir, disseminar e utilizar informações e conhecimentos” (ALBAGLI, 2009, p. 406).

Nessa dinâmica, o desdobramento do espaço virtual concorre para a formação de uma extensa rede, a qual se apresenta como um possível “espaço público do passado”. Uma vez que, pela infraestrutura do ciberespaço, transpassam “rugosidades” inerentes aos “regimes de informação”,² o tráfego informacional do passado assume arranjos multiformes nesse espaço. Logo, como gerir, controlar e analisar esse trânsito de informações em um espaço público que é, dialeticamente, tanto perene quanto efêmero? Sobretudo, como assegurar a credibilidade desse vasto conteúdo informacional?

Com o presente artigo, busca-se abordar, sob a ótica da ciência da informação – doravante CI –, os desafios à preservação digital da informação na *web* diante da profusão de desinformação que trafega pela rede, propondo a ideia de um “fio de Ariadne” como mecanismo de intelecção dos caminhos percorridos entre informação e desinformação, endossado pela perspectiva da teoria crítica.

Para tanto, parte-se de revisão bibliográfica acerca da temática proposta, explorando-se aspectos da memória e da informação no espaço da *web*, em um horizonte panorâmico. Em seguida, discute-se a relação entre a utopia tecnoliberal e

¹ Para Milton Santos (SANTOS, 2006, p. 92 apud PIMENTA, 2016, p. 78), o conceito de rugosidade se refere “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

² Para González de Gómez (2012, p. 56), o conceito de regime de informação é uma ferramenta para se pensar as relações entre política, informação e poder, uma vez que permite “associar a ancoragem espacotemporal e cultural das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos que intervêm e perpassam diferentes domínios de atividade, agências e organizações”. O termo foi originalmente proposto por Frohmann (1995) para se referir às formas e estruturas específicas que assumem os fluxos de informação, “sejam culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos híbridos”.

as chamadas *fakenews*, tomando-se como caso particular de análise a remoção de páginas e perfis ligados ao Movimento Brasil Livre (MBL) da (e pela) rede Facebook.

Com isso, visa-se a enfatizar a pertinência dos estudos de “competência crítica em informação”³ empreendidos pela CI, a fim de compreender como as informações veiculadas na internet atendem a propósitos específicos de determinados agentes e grupos políticos, reforçando elementos de poder intrínsecos aos regimes de informação.

PRESERVAR A WEB: DA HIPERINFORMAÇÃO À DESINFORMAÇÃO

Em uma sociedade marcada por tendências nostálgicas, consumistas e, até por vezes, obsessivas, é razoável constatar que a rememoração de uma determinada experiência ou o ato de recuperação da informação são ambos provenientes de uma construção social (HARVEY, 1996). No entanto, uma vez que a informação é registrada por técnicas específicas – formatos e suportes eletrônicos –, à dimensão social é agregado um aspecto tecnopolítico:

Ou seja, protocolos; formas de acesso e navegabilidade [...]; os objetos técnicos pelos quais unicamente temos acesso a este território virtual, mas que, por vezes, já redefine o real; suas tecnopolíticas de vigilância instauradas no ambiente digital; sua estrutura física de cabos para o tráfego de dados e informações (PIMENTA, 2016, p. 78).

Por esse ângulo, tanto a memória representa um papel importante, já que constitui uma ferramenta capaz de validar discursos, reconhecer documentos e expor testemunhos e experiências, como também a informação se apresenta como elemento fundamental para a construção de conhecimentos (DUDZIAK, 2001), ancorada na participação nos cenários político, econômico e cultural contemporâneos.

A tessitura desses conhecimentos associa-se ao poder simbólico dos documentos e seus discursos: o ato de sua produção pode ser mais significativo do que o documento em si resultante de tal ato (O'TOOLE, 2002, p. 48). Ou seja, é possível que o contexto que circunscreve a ação seja mais representativo do que a sua própria materialização.

No escopo da CI, tal acepção converge para a abordagem de dois aspectos da informação (BUCKLAND, 1991): a “informação-como-conhecimento”, ao refletir o conhecimento comunicado, intangível, e a “informação-como-coisa”, ao denotar a materialidade da informação e cuja representação é necessariamente tangível, a exemplo de dados, documentos e conhecimentos registrados.

A realidade *per se* não pode ser recuperada, porquanto remete à fugacidade experimentada em um momento específico, ao instante preciso e transitório que já não mais é. Entretanto, sua recriação é possível e informativa. Sob essa perspectiva, pensar a preservação digital da informação na *web* alude à ideia de perpetuidade da informação registrada.

³ A competência crítica em informação evoca a contribuição da pedagogia crítica de Paulo Freire e da teoria crítica, de matriz filosófica e sociológica, para pensar as contradições que se apresentam no regime de informação dominante como obstáculos para a emancipação de indivíduos na sociedade da informação (BEZERRA, 2015).

Contudo, cabe pensar que, ante o cenário atual de intenso desenvolvimento tecnológico, quanto mais se avança no labirinto hipertextual de trajetórias pela internet, de sua hiperinformação, mais é preciso contar com um “fio de Ariadne”⁴ para a garantia da compreensão do caminho percorrido, evitando a perda de sua volta, sua inteligência, a identidade dos sujeitos que trilharam esse percurso e o que é produzido durante tal experiência.

Se, por um lado, devido aos recursos tecnológicos atuais, avanta-se a possibilidade de preservar todo o conteúdo informacional encontrado no ambiente da web, esculpindo-se uma fluida e potencialmente efêmera “memória viva”, como gerenciar o todo e, mais ainda, selecionar aquilo que será mais útil ou apropriado? Afinal, se o advento da internet instigou certo sentimento de “imensidão” documental, um grande desafio à preservação dessa memória se expressa no exercício da competência crítica aplicada à seleção de informações, fontes e documentos do supérfluo tão presente na web.

Nesse sentido, à medida que se amplia o receio de que a hiperinformação na contemporaneidade conduza a um estado de desmemória social (INGUI, 2011), a definição de marcos regulatórios atrelados à perspectiva crítica torna-se condição fundamental tanto para o delineamento de aspectos técnicos, inerentes à curadoria digital do conteúdo a ser preservado (SAYÃO; SALES, 2012), quanto para o balizamento de questões políticas e éticas que perpassam a essência da informação, a exemplo do escrutínio das falsas notícias recorrentemente difundidas pela internet.

Posto que a rede mundial de computadores se caracteriza pelo movimento, pela efemeridade que lhe é atribuída através de sua multidão de usuários, importa compreender a dimensão sociotécnica da informação como espaço dinâmico e complexo de registros, referências e circulação em amplo desenvolvimento, antes mesmo de considerar os processos de seleção, recolhimento, preservação e acesso do que se almeja preservar.

Ressalta-se que os novos espaços informacionais de ação, comunicação e mobilização disponíveis na internet sinalizam para o fato de se constituírem igualmente em espaços de resistência, portanto, politicamente contestados, apresentando novas e instáveis relações de poder entre governos, cidadãos e corporações.

Assim, vale lembrar que as relações informação-poder decorrentes da reconfiguração das dinâmicas de produção, processamento, fluxo e disseminação da informação, manifestam-se imbricadas nas tecnologias digitais e ubíquas. Marcada pela transversalidade da infraestrutura de informação (BRAMAN, 2006), essa nova configuração aproxima o conceito de “regime de informação” (FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) da emergência de um regime global de informação (BRAMAN, 2004), reforçando elementos discursivos, normativos e culturais que se manifestam nas relações entre os agentes que compõem esse regime.

⁴ A mitologia grega narra que, após derrotar o Minotauro em um labirinto no palácio de Knossos, o herói ateniense Teseu conseguiu encontrar o caminho de volta graças à utilização de um novelo dado por Ariadne, filha do rei Minos, tendo-o desenrolado ao longo do labirinto até o encontro do Minotauro. Nessa direção, a estratégia do “fio de Ariadne” representa o conhecimento do caminho de volta a ser percorrido, o que não deixa de aludir a um *Leitmotiv*.

De tal forma, os referidos espaços são permeados por políticas informacionais características de um determinado regime de informação, na medida em que este designaria:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Nessa teia de relações, a circulação de informações pela *web* se apresenta sob um viés estratégico, especialmente em sociedades democráticas, na medida em que franquear a informação à sociedade consiste em questão de ordem pública, em que pese que o seu monopólio, público ou privado, enseja graves riscos ao *status quo* do regime democrático e às memórias criadas e mantidas.

Segundo Thiesen e Pimenta (2011, p. 241), “o passado vem sendo objeto de estratégias políticas de reafirmação da democracia e, na luta empreendida, a informação constitui um forte capital em disputa”. Caberia à memória sedimentar a informação que transita pelo espaço público.

Sobretudo, para além da recuperação da informação e manutenção da memória, a preservação digital da *web* para a sociedade vai ao encontro de um movimento para promover a transparência e frustrar o apagamento da informação disseminada na rede. Preservar tal informação, portanto, pode aportar elementos para a percepção das contradições da práxis social evidenciadas na internet, plasmando traços do momento específico em que se circunscrevem.

Salienta-se, assim, a preocupação com a credibilidade da informação partilhada e compartilhada na *web*, potencial alvo de ações de preservação. Afinal, então, preservar a informação também significaria preservar a desinformação?

Ao refletir sobre essa questão, importa atentar que, para os fins desta investigação, o termo desinformação foi utilizado de forma abrangente, denotando informações falsas ou enganosas, independentemente da intencionalidade de quem as divulga. Reconhece-se, todavia, a existência de distinções entre os termos “misinformation” e “disinformation” (STAHL, 2006).⁵

Na tentativa de encontrar meios para elucidá-la, recorre-se à perspectiva de Rafael Capurro (1991) acerca da CI como uma ciência hermenêutica, justamente em razão de não manifestar limites precisos entre a informação e a desinformação, inferindo, então, a CI como a ciência da informação e da desinformação.⁶ Como caminho para depreender essa porosidade, deve-se buscar não somente recursos conceituais e terminológicos, mas igualmente uma análise crítica das formas pelas quais as

⁵ Para Stahl (2006, p. 86), a distinção mais significativa entre “misinformation” e “disinformation” consiste na questão da verdade, assumindo a informação como verdadeira e ambas as prefixações como falsas. O autor admite seguir a definição do Oxford English Dictionary (OED): utiliza o termo “misinformation” para denotar “informações incorretas ou enganosas”; e “disinformation” para se reportar à “disseminação de informações deliberadamente falsas, referindo-se, especificamente, a informações erradas fornecidas pelos governos.

⁶ Ressalta-se que o termo “misinformation” fora traduzido livremente como desinformação, embora se julgue fundamental o amadurecimento de tal questão terminológica.

estruturas de poder são impostas aos sujeitos (CAPURRO, 1991). Nesse sentido, ressalta-se a importância contextual da informação:

Ao contrário da ideia da informação como uma esfera descontextualizada, uma abordagem hermenêutica e retórica esgota a contextualidade do sentido, incluindo dimensões como, por exemplo, a cultura, a política e a ética (CAPURRO, 1991, tradução nossa).

Desse modo, compreender a relação entre informação e desinformação por entre os nós da rede mundial de computadores requer, acima de tudo, situar o contexto das tecnologias digitais no que se refere às idiosincrasias da atual sociedade.

HORIZONTALIDADE FORJADA, FAKE NEWS E O “FIO DE ARIADNE”

Vivem-se tempos de euforia tecnológica: a exaltação coletiva dos efeitos advindos do progresso da ciência nos últimos séculos, de forma geral, e da tecnologia digital nas últimas décadas, em particular, revelou uma expressão esquizofrênica da sociedade, patologicamente, ao presumir a tecnologia como a panaceia que remediará todos os males sociais, de forma semelhante à qual a ciência passa a ser vista no advento da modernidade.

A chamada era da informação propalada por Manuel Castells comumente se reveste de uma pretensa ideia de horizontalidade da rede, isto é, a mistificação da internet como um lugar de fala de todos para todos, encobrindo o monopólio da competência científica, ou seja, quem pode se pronunciar de modo autorizado e com autoridade nos limites de um determinado campo da ciência.

Fala-se muito em horizontalidade como se o aspecto vertical inerente às hierarquias de poderes, das instituições, das normas e dos condicionantes sociais pouco se relacionasse ou influenciasse a dinâmica das relações estabelecidas e inculcadas no espaço da rede, fato que não condiz com a realidade. Vale notar, ainda, que tais relações não se constituem naturalmente; antes, são politicamente construídas.

Para além do debate sobre um possível viés maniqueísta da internet, a fetichização da tecnologia digital e a utopia de que tais tecnologias contêm em si um potencial emancipatório, uma suposta liberdade sociotécnica, refletem discursos falaciosos sobre as relações de poder na sociedade:

Na atualidade, o sentido mais evidente da fetichização da tecnologia digital está em atribuir-lhe o poder de apagar as diferenças postas nas relações sociais do mundo concreto, como se, de fato, todos, subitamente, passassem a ter o mesmo poder de se manifestar e, além disso, como se a manifestação de todos tivesse o mesmo peso (MORETZSOHN, 2017, p. 297).

Desse modo, o mero acesso às tecnologias digitais não equipara a assimetria dos pesos e vozes dos agentes que interagem no espaço da internet. Pelo contrário, é possível considerar que, em termos deleuzianos, essas tecnologias não representam linhas de fuga, e sim inflexões que atravessam as múltiplas linhas do dispositivo, envoltas pela dimensão do poder.

Em última instância, a horizontalidade de vozes e saberes estimula a impregnação do senso comum no saber científico, não raro sedimentando terrenos férteis para

aventureiros, trolls⁷ e “especialistas leigos” de campos que não dominam formalmente. Não é preciso muito para encontrá-los *online*, haja vista a escalada de “médicos via Google”, “cientistas políticos” informados exclusivamente por grandes mídias, “nutricionistas” respaldados por informações sensacionalistas da indústria farmacêutica, entre outros exemplos. As categorias platônicas de doxa (senso comum) e logos (saber científico) se mesclam de tal maneira que a necessidade de credenciais acadêmicas parece se tornar supérflua no ambiente informacional da rede para se versar sobre quaisquer domínios específicos. Até mesmo a atividade jornalística (cujo diploma como condição para o seu exercício profissional deixou de ser obrigatório no Brasil em 2009) sofre os reveses desse fenômeno de aplainamento, cuja conseqüente indiferença do público leitor em relação ao autor das notícias que circulam na rede (ou mesmo do local onde são publicadas) contribui para o espraçamento do compartilhamento de notícias falsas.

Moretzsohn (2017) atenta para a conseqüência imediata do nivelamento de saberes encerrado pela ideia de horizontalidade; para a autora, embora possa sugerir uma evidência da democratização da comunicação, a autorização de novas vozes que não detêm um determinado saber com propriedade reflete, de fato, uma ameaça à democracia.

Aparentemente democrática e inclusiva, a defesa desse nivelamento de saberes acaba resultando no elogio da ignorância, com o resultado perverso de desqualificar, como autoridade, a voz dos que desenvolveram a capacidade de argumentar. Essa desqualificação conduz à perda de referências que poderiam contribuir para o esclarecimento público. Politicamente, o resultado disso costuma ser desastroso (MORETZSOHN, 2017, p. 302).

A perversidade do resultado de desqualificar a voz de quem está autorizado a argumentar relaciona-se diretamente a uma suposta “inteligência coletiva”, nos termos de Pierre Lévy, ensejando uma utopia tecnoliberal. Segundo Bezerra, Schneider e Saldanha (2013), tanto a inteligência quanto a coletividade já eram questões no discurso de Lévy (2007) que se vinculavam aos conceitos essenciais de sua utopia.

A manobra filosófica, de retirar a “inteligência” do ser e da consciência, e lançá-la no social, não é novidade desde o século XIX. O autor, no entanto, esquece-se das questões dialéticas presentes nesse “modelo de inteligência” e, ao mesmo tempo, centra sua revolução não no “social”, mas no tecnológico. Em outras palavras, torna-se “coletiva”, tal “inteligência”, não pela reinauguração de uma ideia de “sociedade”, mas pela inauguração de uma ideia de tecnologia (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2013).

Pensar a coletividade pelo viés tecnológico em detrimento do social, acima de tudo, tende a reforçar uma dissociação entre causa e conseqüência dos efeitos ocasionados pelos usos das tecnologias na sociedade.

⁷ Termo anglófono que designa pessoas cujo comportamento na internet propende, em linhas gerais, a desestabilizar o interlocutor em uma discussão ou argumentação, causando discórdia e polêmica, a fim de obter diversão pessoal às custas do desequilíbrio emocional alheio.

Nesse reflexo real de um virtual cada vez mais esquizofrênico, a emergência do fenômeno das notícias falsas (popularmente conhecidas pela expressão anglófona *fake news*) assume destaque. As *fake news* são veiculadas não apenas em perfis pessoais de redes sociais, mas também pelas páginas *web* de grandes conglomerados da mídia, grupos políticos e, inclusive, instituições governamentais.

Vale ponderar, ainda que brevemente, que se tanto se profere sobre as notícias falsas nos dias atuais, torna-se basilar, no mínimo, pensar o termo verdade com maior consistência e amplitude teórica, especialmente diante da vulgarização do termo “pós-verdade” entre a sociedade, em grande medida por conta tanto da ampla circulação de *fake news* nas redes sociais quanto pela criação de “câmaras de eco” ou “bolhas de filtros”, forjadas pela própria lógica que conforma as fórmulas matemáticas dos algoritmos usados em plataformas de redes sociais.

Sem a pretensão de aqui aprofundar uma análise sobre tal questão, importa, não obstante, mencionar que o poder se apresenta invariavelmente como o portador da verdade. Nessa acepção, alude-se ao termo foucaultiano “regime de verdade”:

[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12, grifos nossos).

As formas de enunciação dos discursos se aproximam também das configurações dos regimes de informação, de modo que os mecanismos e instâncias que legitimam o que é verdadeiro e rechaçam o que é falso servem ao poder, à manutenção hegemônica de sua horizontalidade e de sua verticalização hierárquica. Por esse prisma, como discernir o que é verdadeiro do que é falso no multiverso da *web* e quem o determina?

Nesse bojo, ressalta-se a prática da disseminação de inverdades por meio de notícias e sua anacronia. Afirmam Bezerra, Capurro e Schneider (2017):

A atual disseminação de notícias falsas (*fakenews*) no ambiente *online*, em grande parte levada a cabo por robôs digitais (*bots*) em um volume incomensurável de desinformação, tornou-se um grande problema para as principais plataformas da internet usadas para a divulgação de notícias [...]. O fenômeno, entretanto, *nada mais é do que a exacerbção de antigas práticas jornalísticas* [...] (BEZERRA; CAPURRO; SCHNEIDER, 2017, p. 374, grifos nossos).

São destacados três exemplos sucintos para salientar a propagação de notícias falsas em distintas épocas: a filosofia na Grécia pré-cristã, a imprensa do período imperial brasileiro, e o rádiojornalismo norte-americano na década de 1930.

No capítulo intitulado “Newsmaking” da obra *The characters of Theophrastus* (EDMONDS, 1929), o filósofo grego Teofrasto (372 a.C – 287 a.C) relata como as notícias eram articuladas à época, afirmando, logo de início, que a produção de notícias consistiria em uma junção de ditos e feitos fictícios ao próprio capricho de um determinado sujeito. No referido capítulo, descreve como os fatos eram divulgados e espalhados a despeito de sua autenticidade, ganhando conotação de boato, porém alcançando amplo público na cidade. Ou seja, a informação ser ou não

verdadeira não a impedia de se alastrar e, ao final, tal aspecto importava menos do que as consequências causadas pela mensagem propalada.

Por sua vez, com a queda da censura da imprensa após a Revolução Francesa, durante o século XIX, verifica-se no Brasil que a pequena imprensa e os pasquins passam a publicar diversas notícias sobre personagens públicos, sendo muitas delas duvidosas ou falsas. Além da impossibilidade de identificação de sua autoria, outro aspecto relevante é a constatação de que a maioria da população brasileira era analfabeta em tal época.

Já no ano de 1938, um programa de rádio da emissora norte-americana Columbia Broadcasting System (CBS) dramatizou a obra do inglês H. G. Wells, *Guerra dos mundos*, na véspera do feriado de Dia das Bruxas. Tratava-se de uma invasão alienígena, porém narrada em formato jornalístico, pelo diretor Orson Welles. O tom ficcional utilizado por Welles não apenas convenceu a muitos de que se tratava de uma notícia verdadeira, como provocou certa onda de terror e histeria sobre os que julgavam se tratar, com efeito, do fim dos tempos.

Decerto, a disseminação de informações falsas ao longo dos tempos sempre teve implicações éticas, políticas e sociais. O que parece ser exacerbado nessa manifestação contemporânea das chamadas *fakenews*, todavia, é a magnitude de seu impacto ante as potencialidades da internet e os contextos regulatórios que a circundam. Frisa-se a colocação de Fallis (2009) ao promover uma análise conceitual da desinformação:

As novas tecnologias da informação estão facilitando para as pessoas criar e disseminar informações com intenção de enganar. Por exemplo, as pessoas podem enganar os usuários da internet criando sites que “personificam” os sites de fontes confiáveis de informação. Além disso, as pessoas são capazes de manipular convincentemente imagens visuais. De fato, agora requer muito pouca habilidade técnica para criar e divulgar amplamente a desinformação. Por exemplo, qualquer pessoa com acesso à internet pode inserir anonimamente informações enganosas naWikipedia (FALLIS, 2009, tradução nossa).

Em 25 de julho de 2018, após conduzir uma investigação, a plataforma Facebook desativou 196 páginas e 87 perfis brasileiros, alguns deles notoriamente conhecidos como divulgadores de notícias falsas. De acordo com o comunicado emitido pela plataforma, verificou-se “uma rede coordenada que se ocultava com o uso de contas falsas no Facebook, e escondia das pessoas a natureza e a origem de seu conteúdo com o propósito de gerar divisão e *espalhar desinformação*” (HAYNES, 2018, grifos nossos). Ainda que a plataforma não tenha divulgado quais as páginas e perfis foram alvejados por essa ação, o grupo Movimento Brasil Livre (MBL)⁸ manifestou-se como vítima da investigação realizada.

A distorção do controle compartilhado de páginas por membros do MBL os permitia propagar mensagens de seu interesse de modo coordenado, porém, como se as notícias fossem veiculadas de modo descentralizado e independente. De acordo com os “Padrões da Comunidade” do Facebook, essa ação foi enquadrada como “representação falsa”, salientando as políticas de autenticidade da empresa:

⁸ Movimento político brasileiro que atua como grande porta-voz do conservadorismo, do liberalismo econômico, da anticorrupção e da defesa da moral e dos costumes.

A autenticidade é o pilar de nossa comunidade. Acreditamos que as pessoas se responsabilizam mais pelo que dizem e fazem quando usam identidades genuínas. É por isso que exigimos que as pessoas se conectem ao Facebook com o nome real. Nossas políticas de autenticidade têm a intenção de criar um ambiente seguro em que as pessoas possam confiar e se responsabilizar mutuamente (FACEBOOK, 2018).

Embora o comunicado emitido indique, nesse caso, um problema relacionado à autenticidade, destaca-se também a proximidade dessa questão ao item subsequente de suas políticas, intitulado “Notícias falsas”:

Reduzir a disseminação de notícias falsas no Facebook é uma responsabilidade que levamos a sério. Também reconhecemos que essa é uma questão desafiadora e delicada. Queremos ajudar as pessoas a se manterem bem informadas sem deixar de lado o discurso público produtivo. Existe uma linha tênue entre notícias falsas e sátiras ou opiniões. Por esse motivo, não removemos notícias falsas do Facebook, mas, em vez disso, reduzimos significativamente sua distribuição, mostrando-as mais abaixo no Feed de Notícias (FACEBOOK, 2018).

Ambos os itens chamam a atenção para a importância da conscientização do público que utiliza a internet como meio para se informar, evidenciando a necessidade de competências críticas em informação para que, mais do que discernir entre o discurso verdadeiro e o falso, tal público consiga compreender as razões pelas quais o que é falso busca se afirmar como verdadeiro em meio aos contextos específicos em que se coloca.

Por outro lado, não se trata de pensar o Facebook como herói nas cruzadas contra a desinformação, tampouco como uma espécie de fiel da balança para aferir o conteúdo de sua rede. Basta recordar a (não) atuação da plataforma no fiasco da eleição norte-americana que levou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América, o escândalo envolvendo a empresa Cambridge Analytica e o uso indevido de dados de mais de 80 milhões de usuários do Facebook, ou ainda a manipulação da opinião pública em direção à saída da União Europeia pelo Reino Unido, também associada à atuação da Cambridge Analytica: é evidente que se trata de um espaço politicamente contestado, permeado por interesses, poderes e políticas entremeadas a um amplo e complexo regime de informação.

A ação de desativar páginas e perfis sinaliza a regulação do conteúdo que é veiculado pelos usuários da plataforma, ratificando que o uso da rede é permeado por regras mais ou menos explícitas, porém presentes no emaranhado de poderes, instituições governamentais e corporações que esculpem as dinâmicas de produção de informações.

Em resposta, a reação aos resultados da recente investigação também movimentou diferentes agentes no Brasil, como a sociedade civil, a representação do MBL e instâncias do governo, a exemplo do Ministério Público de Goiás, que solicitou esclarecimentos pontuais formalmente ao Facebook no tocante ao conteúdo removido.

Em meio à afluência de notícias falsas, diversos deputados brasileiros têm apresentado propostas de lei com vistas à criminalização da produção (e, em alguns casos, do compartilhamento) de *fakenews* em redes sociais, uma forma no mínimo questionável para a solução do problema. Em outra perspectiva, um caminho possível

para lidar com a questão esteia-se na adoção de uma perspectiva crítica sobre a avaliação da informação e suas fontes, desdobrando-se num fio condutor para a compreensão da brecha entre informação e desinformação.

Para tanto, os estudos no campo da competência crítica em informação reforçam a importância do entendimento de aspectos políticos, econômicos, legais e sociais que envolvem o acesso e uso da informação, afastando-se de um viés mecânico de sua necessidade (BEZERRA, 2015). De forma complementar ao conceito de competência em informação (*informationliteracy*), usualmente descrito através das habilidades técnicas necessárias desde a busca até o uso da informação, os estudos de competência crítica em informação (*criticalinformationliteracy*) reforçam a necessidade de avaliação crítica e uso ético da informação como perspectivas emancipatórias, em termo freireanos, que concedem ao indivíduo uma maior autonomia e liberdade em meio a um ecossistema informacional corroído por notícias falsas e toda sorte de desinformação. Nessa direção, entende-se que tal competência extrapola uma questão meramente tecnicista ou tecnológica que abarque tão somente habilidades para a manipulação da informação, denotando, em vez disso, as múltiplas dimensões que a evolução do termo competência em informação demonstra ao longo dos anos (VITORINO; PIANTOLA, 2009). Dessa forma, tais autoras destacam a ampliação do conceito e do papel social da competência informacional, que consistiria em:

[...] muito mais do que uma reunião de habilidades para acessar e empregar adequadamente a informação e passaria a funcionar como uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 136).

Em última análise, depreende-se que as potencialidades da competência crítica em informação podem acarretar impactos sociotécnicos sobre a produção do conhecimento na *web* e, portanto, de sua memória. Isto é, ferramentas da competência crítica em informação se associam direta ou indiretamente à formalização e concretização das memórias, construídas entre os limites do dizível e do indizível, do verdadeiro e do falso, do virtual e do atual. O escrutínio das memórias oficiais e não oficiais da *web*, por exemplo, pode vir a emergir e implicar questionamentos quanto ao que é ou não reconhecido como legítimo.

Nesse horizonte, empregar a competência crítica no contexto da proliferação de notícias falsas na internet representa, em particular, a promoção da análise e diagnóstico sobre marcos regulatórios e políticas de informação que permeiam o espaço informacional em que são difundidos. A compreensão correta da informação e sua relação com a desinformação – nem sempre de oposição, portanto – reclama, assim, um comportamento crítico orientado para a emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da *web* suscita como questão central quais informações devem ser preservadas para a manutenção das memórias digitais, para além de como esse processo precisa ser realizado. Isto é, pelo viés de uma perspectiva crítica da informação, é insuficiente dominar apenas o ferramental técnico para empreender uma curadoria digital do conteúdo a ser preservado. É imperativo compreender os

regimes e políticas de informação aos quais as informações veiculadas na *web*, em especial, os conteúdos de notícias falsas, são ancoradas e dinamizadas.

À vista disso, preservar a informação também significa preservar a desinformação, posto que ambas descrevem uma relação dialética nos contextos em que se inserem, por uma perspectiva hermenêutico-retórica da CI (CAPURRO, 1991). Conhecer os limites entre informação e desinformação, bem como a conexão entre o que se toma por verdadeiro ou falso no espaço informacional da rede, é crucial para apreender como discursos são produzidos por vozes não autorizadas para tal e em que circunstâncias se tornam legítimos, como no caso das notícias falsas. Destaca-se, nesse caminho, a pertinência dos estudos de competência crítica em informação e seu potencial de evocar a consciência concreta sobre a estrutura social a que se relacionam os regimes de informação vigentes.

Nesse plexo de relações, entende-se o “fio de Ariadne” como uma espécie de eixo para orientar mecanismos de controle com responsabilidade legal sobre o uso político das plataformas digitais da rede, incluindo os agentes que financiam tal uso. Quanto mais se avança pelo metafórico labirinto da *web*, menos prescindível se torna o ato de regressar e averiguar que caminho é este que se percorre, quais as regras de seu trânsito, que agentes o regulam e quem são os minotauros que ainda precisam ser derrotados para que, em alusão à Frohmann (1995), seja possível tomar decisões inteligentes e socialmente responsáveis no exercício do poder e controle sobre a informação.

Artigo recebido em 14/02/2019 e aprovado em 05/04/2019.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Informação em ciência, tecnologia e inovação: configurações institucionais e mediações tecnológicas. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. (Org.). *Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento*. Brasília: Ibict: Unesco, 2009.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., João Pessoa, 2015. *Anais...* João Pessoa: Ancib, 2015.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital = Regimes of truth and power: from modern times to the digital age. *Liinc em Revista*, v. 13, n. 2, 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Ascensão e queda da utopia tecnoliberal: a dialética da liberdade sociotécnica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Ancib, 2013. p. 210-220. Não paginado.

BRAMAN, Sandra. *The emergent global information policy regime*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

_____. Information, policy, and power in the informational state. In: _____. *Change of state: information, policy, and power*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006. Disponível

em: <http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/028_Braman_Chapt9.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351, 1991.

CAPURRO, Rafael. Foundations of information science: review and perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, Tampere, Finland, 1991. *Proceedings...* Tampere: University of Tampere, 1991. Disponível em: <<http://www.capurro.de/tampere91.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2004. Não paginado.

DUDZIAK, E. A. *A information literacy e o papel educacional das bibliotecas*. 2001. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2001.

EDMONDS, John Maxwell. *The characters of Theophrastus*. Londres: William Heinemann; Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1929.

FACEBOOK. *Notícias falsas*. Não paginado. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/false_news>. Acesso em: 1 ago. 2018.

_____. *Representação falsa*. Não paginado. Disponível em: <https://www.facebook.com/communitystandards/misrepresentation>. Acesso em: 1 ago. 2018.

FALLIS, Don. A conceptual analysis of disinformation. In: ICONFERENCE ILLINOIS DIGITAL ENVIRONMENT FOR ACCESS TO LEARNING AND SCHOLARSHIP, 2009, Chapel Hill. *Anais...* Chapel Hill: University of North Carolina, 2009. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/15205/fallis_disinfo1.pdf?sequence=2>. Acesso em: 13 dez. 2018. Não paginado.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FROHMANN, Bernard. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE: , 23, 1995, Edmonton, Alberta. *Proceedings...* [S. l.]: Canadian Association for Information Science, 1995. Não paginado.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, v.31, n.1, jan. 2002.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação e Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

HARVEY, David. From space to place and back again: reflections on the condition of postmodernity. In: BIRD, John et al. *Mapping the futures*. Nova York: Routledge, 2012.

HAYNES, Brad. Facebook retira do ar rede ligada ao MBL antes das eleições. *Reuters*, 25 jul. 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/internetNews/idBRKBN1KF1MI-OBRIN>>. Acesso em: 30 jul. 2018. Não paginado.

INGUI, Daniela. Excesso de informação e as (des)memórias no mundo contemporâneo. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 63, n. 2, 2011.

- JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 243-252, set./dez. 1998.
- KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc. *Bens públicos globais: cooperação internacional no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 5. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.
- MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. *Liinc em Revista*, v. 13, n. 2, 2017.
- O'TOOLE, J. M. Cortes's notary: the symbolic power of records. *Archival Science*, v. 2, n. 1-2, p. 45-61, 2002.
- PIMENTA, R. M. As rugosidades do ciberespaço: um contributo teórico aos estudos dos webespaços informacionais. *Informação & Sociedade: estudos*, v. 26, n. 2, 2016.
- SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade: estudos*, v. 22, n. 3, 2012.
- STAHL, Bernd Carsten. On the difference or equality of information, misinformation, and disinformation: acritical research perspective. *Informing Science*, v. 9, 2006.
- THIESEN, I.; PIMENTA, R. M. Informação, arquivo e memória: os documentos da ditadura militar no contexto da redemocratização no Brasil. In: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI: mediações e hibridações: construção social dos saberes e da informação, 2., 2011, Toulouse. *Anais...* Toulouse: Universidade de Toulouse 3 Paul Sabatier, 2011.
- VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, v. 38, n. 3, 2009.